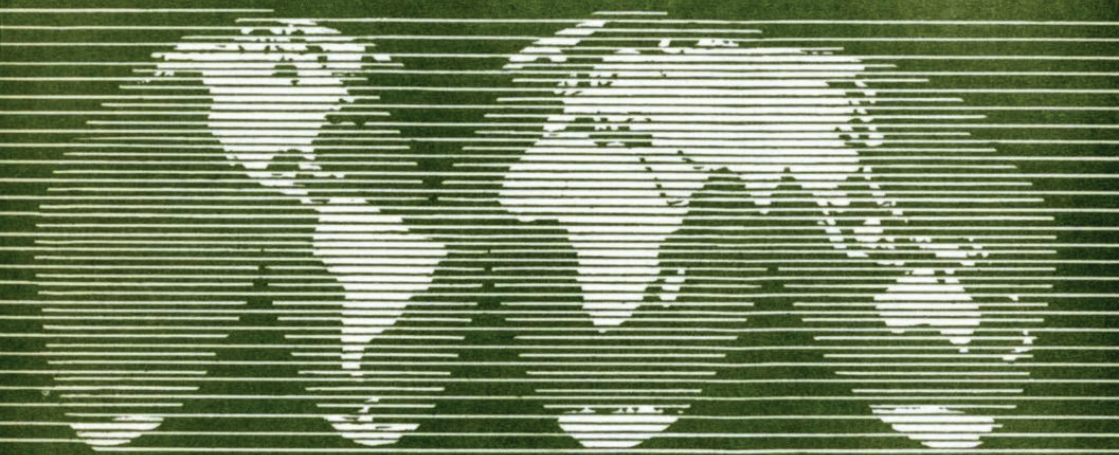


INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Cadernos de Geografia

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
ACERCA DO ESPECTRO FLORESTAL PORTUGUÊS
— SEU INTERESSE ECONÓMICO E SOCIAL

J. V. SILVA PEREIRA

Conforme o título indica, pretendemos apresentar alguns dados estatísticos que servirão como ponto de partida para que se tenham algumas reflexões e permitam apreender as grandes linhas de um tema que é vasto e complexo. Esta problemática exigiria um estudo mais aprofundado, o que implicaria uma análise em que se interligassem os condicionalismos do meio físico, biológico e socioeconómico. Ficaremos somente por «algumas considerações» que nos pareceram prioritárias para uma primeira abordagem do assunto em análise. Outros estudos foram entretanto realizados³ cujas linhas diferenciadas poderão completar esse tema através da achega de dados novos de forma a levantar novas hipóteses. Estas permitirão a consecução de objectivos dependendo de um conhecimento efectivo e concreto de uma realidade na qual se baseará uma planificação donde resulte riqueza, sendo pois a alavanca capaz de possibilitar uma melhoria sensível do nível de vida do produtor florestal e da população em geral.

1. Utilização actual e potencial do solo

Os mais recentes dados obtidos através do Inventário Florestal do Continente que decorreu entre 1965 e 1980 realizado pela Direcção-Geral das Florestas, dão-nos como área florestal 3.063 mil hectares, correspondendo

¹ J. V. SILVA PEREIRA, «A adesão de Portugal à CEE — a importância da pasta celulósica no sector florestal», *Actas do IV Colóquio Ibérico de Geografia*, Coimbra, I.E.G., 1987.

a uma taxa de arborização do Continente de 34,5% e para a agricultura uma área de 4.272 mil ha que correspondem a 48% da área do território (Quadro I).

QUADRO I — Utilização actual e potencial do solo

	1 000 ha			
	<i>Actual</i>	%	<i>Aptidão</i>	%
Área total do Continente	8 893	100%	8 893	100%
Área florestal	3 063	34,5	5 280	59,4
Área agrícola	4 272	48,0	2 337	26,3
Outra área	1 558	17,5	1 276	14,3
Incultos	1 398			
Área social	160			

Fonte: I.P.F. — Estimativas da DEE a partir de elementos fornecidos pelo CNROA e DGF

Um ordenamento racional destinaria à agricultura somente 1/4 da superfície produtiva, ou seja, 2.337 mil ha (26,3%), enquanto para a floresta e pastagens de sequeiro seria atribuída o dobro dessa superfície, ou seja, 59,4% da superfície total, correspondendo a 5.280 mil hectares.

Os terrenos ocupados por espécies vegetais espontâneas, denominados por incultos, atingem 1.395 mil hectares, o que corresponde sensivelmente a metade da área florestal existente.

Desta análise quantitativa se infere que há necessidade de um ordenamento do meio natural no qual se incluam fases de planeamento da arborização onde se indique a parte que corresponderá à plantação ou sementeira de incultos e a que respeita ao repovoamento florestal resultante de desbastes culturais ou devido à acção de incêndios.

É no repovoamento e na arborização que se escolherão as espécies florestais a serem cultivadas, atendendo aos factores edafo-climáticos e fito-climáticos de modo a obterem-se boas qualidades de lenho exigido pelas indústrias. Aliás, esse repovoamento é quase uma imposição face ao tipo de aptidão dos solos que levam a um aumento da área florestal (passando de 34,5% para 59,4% do território, e conseqüente redução da área agrícola, que de 48% passaria a 26,3%). Numa primeira fase, a produção global não sofreria uma diminuição pois seria compensada por uma intensificação

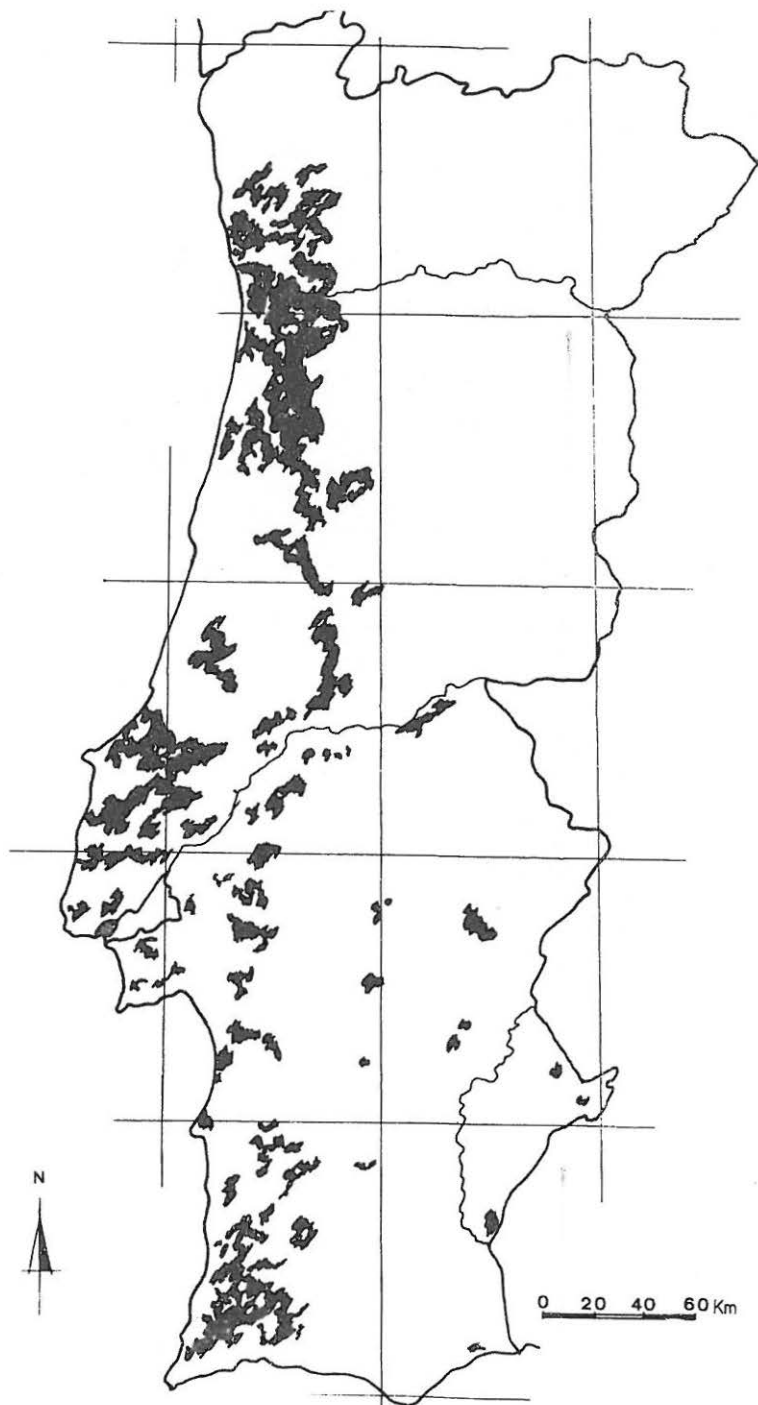


FIG. 2 — *Carta de distribuição do eucalipto*. Adaptação da Carta editada pela Comissão Nacional do Ambiente, 1981.

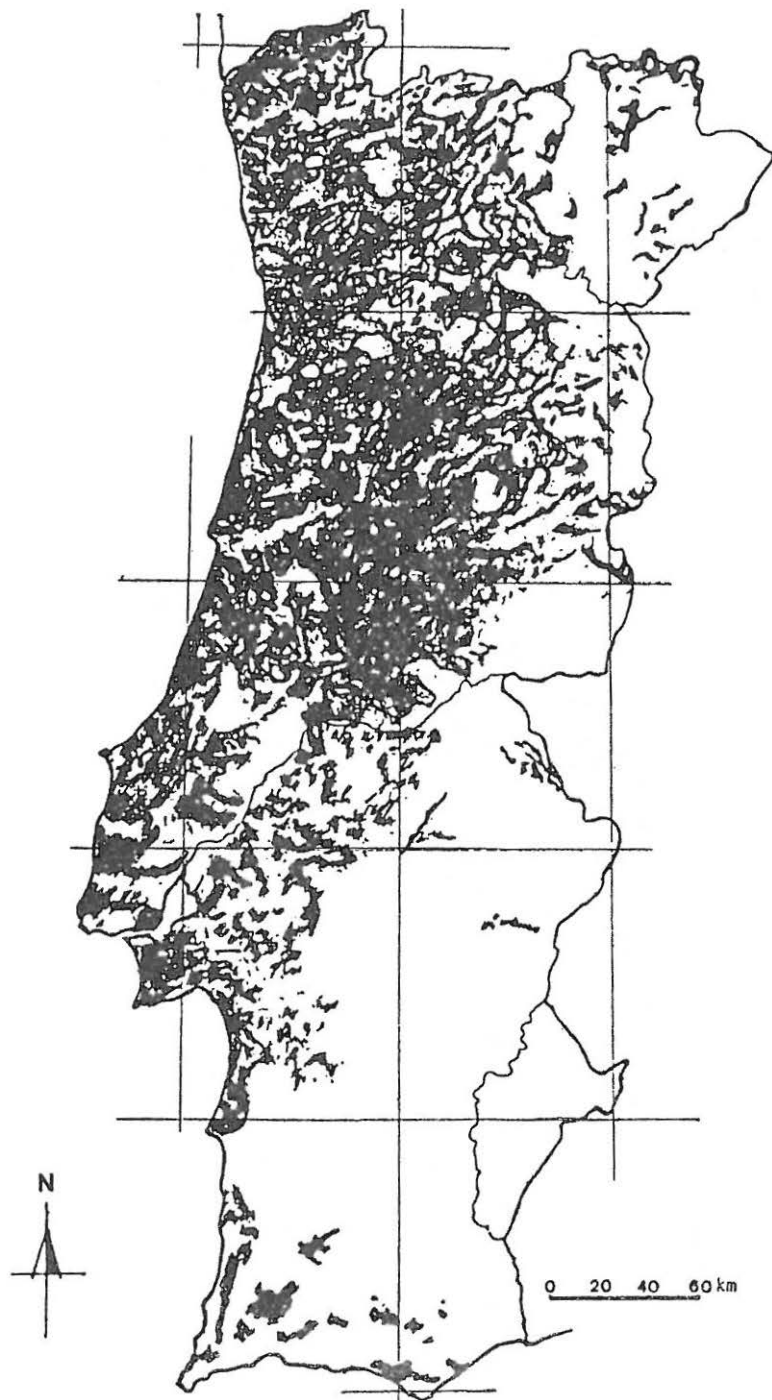


FIG. 1 — *Carta de distribuição do pinheiro*. Adaptação da Carta editada pela Comissão Nacional do Ambiente (1981).

e beneficiação dos povoamentos existentes. E esta situação resulta do facto de Portugal ser um país onde a vegetação climax inclui de forma predominante, espécies do tipo quercíneas.

2. Áreas florestais por espécies em Portugal

O território nacional, embora pequeno em área, é, ecologicamente, muito variado; daí a diversidade na sua composição e estrutura.

Ocupando 42% da área florestal, o pinheiro bravo é a espécie mais relevante no Continente, com 1.287.800 ha (Fig. 1), seguindo-se o sobreiro com 667.600 ha correspondendo a 21,7%, a azinheira com 472.510 ha (15,4%), enquanto o eucalipto se fica pelos 10,2% correspondendo a uma área de 313.350 ha (Fig. 2), já que o carvalho com 69.750 ha (2,3%), o castanheiro com 30.470 ha (1%) e o pinheiro manso com 50.310 ha (1,6%) têm um significado reduzido (Quadro II).

Os distritos que apresentam uma taxa de arborização mais elevada são os de Setúbal (52,4%), Coimbra (47,5%) e Aveiro (47,2%) em contraste com os de menor taxa de arborização que são os de Bragança (12,9%), Lisboa (14,9%) e Faro (19,8%).

O pinheiro bravo pode-se considerar como uma espécie autóctone por se conhecer a sua existência há centenas de anos. Contudo levantam-se dúvidas, pois admite-se que seja uma espécie introduzida há muito tempo, sendo assim a única espécie resinosa conhecida com aproveitamento económico.

Outra espécie que tem sofrido uma forte expansão nas últimas décadas é o eucalipto. Em 1829, os primeiros exemplares daquela espécie foram plantados na zona de Vila Nova de Gaia começando a cultivar-se, com fins económicos em 1870 para serem utilizados na indústria de serração.

Somente em 1940 a sua cultura se virou para a produção de matéria prima a utilizar na indústria de celulose e pasta de papel. Outras espécies exóticas resinosas têm sido ensaiadas, tal como a pseudotesuga que se tem mostrado com interesse no âmbito da economia nacional.

Actualmente, outro problema que se põe é a relação entre os processos mecânicos ligados à arborização e à morfologia do solo. Neste aspecto, há uma grande diferença entre os processos utilizados nas décadas de 40 a 60 e o que se passa na actualidade. Esses serviços eram executados por trabalhadores em situações muito difíceis atendendo aos declives abruptos que se tinham de arrotar. Hoje, a falta de mão de obra e a exigência de condições no trabalho, levam à utilização de máquinas, que em declives com 18% se tornam perigosos, não podendo actuar acima dos declives com mais

QUADRO II — Áreas florestais por espécies em Portugal

(unidade — 100 ha)

<i>Distritos</i>	<i>Área do Distrito</i>	<i>Área Florestal</i>	<i>Taxa de Arborização</i>	<i>Pinheiro bravo</i>	<i>Eucalipto</i>	<i>Castanheiro</i>	<i>Carvalho</i>	<i>Sobreiro</i>	<i>Azinheira</i>
Viana do Castelo	2 222,2	783,7	35,3	616,8	6,5	0,2	37,0	—	—
Braga	2 695,3	969,5	36,0	748,9	65,4	—	40,3	1,9	—
Porto	2 341,5	877,8	37,5	743,3	81,5	—	7,0	—	—
Vila Real	4 308,3	1 148,5	26,6	786,2	1,0	38,0	132,5	8,8	—
Bragança	6 599,8	850,8	12,9	190,9	2,6	125,4	102,5	144,2	50,7
Aveiro	2 799,7	1 322,4	47,2	976,7	313,5	1,8	—	0,2	—
Viseu	5 011,9	2 046,3	40,8	1 825,9	74,5	37,5	23,2	9,6	—
Guarda	5 534,9	1 364,4	24,6	983,0	1,1	65,3	153,3	40,5	18,3
Coimbra	3 971,5	1 888,1	47,5	1 644,1	166,5	2,6	7,7	1,2	0,1
Castelo Branco	6 626,6	2 356,4	36,0	1 567,2	127,5	17,8	49,3	213,0	394,2
Leiria	3 511,8	1 453,3	41,4	1 091,2	232,9	(a)	(a)	7,0	—
Lisboa	2 753,5	411,3	14,9	136,6	184,5	—	1,1	38,1	—
Santarém	6 693,2	2 740,5	40,9	837,1	615,9	(a)	(a)	1 007,0	(a)
Setúbal	5 103,6	2 674,7	52,4	455,0	325,9	—	—	1 368,5	157,6
Portalegre	6 082,6	2 410,7	39,6	184,7	234,5	14,3	143,6	1 025,5	791,6
Évora	7 397,2	3 259,0	44,0	34,8	206,6	0,3	—	1 372,2	1 590,9
Beja	10 282,9	3 048,2	29,6	18,7	278,6	—	—	1 019,6	1 647,3
Faro	499	989,5	19,8	38,8	214,7	1,5	—	418,7	74,6
TOTAL	88 927,0	30 625,5	34,4	12 878,0 (42%)	3 133,5 (10,2%)	304,7 (1%)	697,5 (2,3%)	6 676,0 (21,7%)	4 725,1 (15,4%)

(a) Incluídos noutras espécies não mencionadas.

de 25 a 30%. Esta circunstância leva a admitir que a arborização de incultos se faça de forma deficiente quando se situam em zonas de forte inclinação. Em conclusão poder-se-á dizer que a arborização futura se irá fazer somente em locais onde as máquinas possam actuar e portanto onde o declive permita o seu uso.

Devido aos incêndios que lavraram durante os últimos quinze anos calculá-se que a área florestal tenha sofrido uma redução de cerca de 13%, de tal modo que hoje essa área é capaz de não ultrapassar os 2.500.000 hectares. As espécies mais afectadas foram as resinosas, e de forma especial, a área de pinheiro bravo que é a espécie mais importante para a nossa economia, com consequências gravosas para o abastecimento de matéria prima, não só para o mercado interno como para a exportação. Este facto vai reflectir-se necessariamente no desemprego, num sector que absorve quase 2% da população activa, correspondendo a cerca de 85.000 trabalhadores.

Entretanto a área florestal podia sofrer um aumento de cerca de 85% atendendo a que, em vez de 34,5%, poderia ocupar cerca de 60% da área total do continente, pelo que deveria ser implementada uma arborização de forma racional, seguindo o modelo do uso múltiplo.

3. Regime de propriedade florestal em Portugal

Da análise do Quadro III ressalta a elevada percentagem das áreas referentes às Matas do Sector Privado (77,6%) em relação às percentagens correspondentes às Matas do Estado (3,4%), Comunitárias (9,8%) e de Empresas Industriais (3,9%). Apesar destas actuarem efectivamente só a partir da década de 60, a percentagem das áreas das Empresas Industriais já ultrapassa a das Matas Nacionais. Por sua vez, as Matas sob administração do Estado (Matas do Estado e Comunitárias) no seu conjunto, atingem os 13,2% e são fundamentalmente constituídas por pinheiro bravo. Por outro lado, as Matas do Sector Privado e de Empresas Industriais ocupam 81,5% da área florestal com evidente predomínio do eucalipto nas empresas industriais — 95.000 ha (2,8%); no sector privado destacam-se as resinosas com 995.000 ha (32,5%) embora o eucalipto comece a conquistar terreno ao pinheiro.

Contudo, a exploração privada sem um forte apoio e intervenção do Estado não consegue garantir uma correcta exploração dos recursos, podendo cair em processos de sobreexploração o que leva a um aumento das áreas incultas. Por falta de apoio técnico, condições de crédito e outras, o proprietário florestal é atraído para a plantação de povoamentos de revolução

curta virando-se predominantemente para a exploração de eucaliptos. Este tipo de povoamento situa-se no compartimento de produção intensiva extrema, produzindo rolaria para a indústria de celulose com ciclos produtivos muito curtos (9 a 12/13 anos).

QUADRO III — Regime da propriedade na área florestal

	1 000 ha	%
MATAS DO ESTADO	105	3,4
(Pinheiro bravo)	45	1,5
MATAS COMUNITÁRIAS	300	9,8
(Pinheiro bravo)	260	8,5
MATAS DO SECTOR PRIVADO	2 378	77,6
<i>Resinosas</i>	995	32,5
<i>Eucaliptos</i>	195	6,3
MATAS DE EMPRESAS		
<i>Industriais</i>	120	3,9
<i>Resinosas</i>	25	0,8
<i>Eucalipto</i>	95	2,8

Fonte: I.P.F. — Estimativas da DEE a partir de elementos fornecidos pela ACEL e DGF.

Também a venda e o arrendamento de grandes extensões de terra às empresas de celulose para estas plantarem eucaliptos, são sinal de que o Estado se mostrou incapaz de conjugar esforços com a população, com a finalidade de resistir à tentação do lucro fácil e rápido.

O fomento do eucaliptal em plantação estreme opõe-se à política florestal do uso múltiplo do ordenamento da floresta, de forma a sustentar não só o importante sector industrial, mas também tendo em conta a manutenção de ambientes qualificados como áreas de lazer e incentivar a utilização de técnicas modernas na silvopastorícia.

Assim, o peso do sector privado correspondendo a 77,6% da floresta portuguesa não permite, nas condições actuais, um repovoamento racional dessa mesma floresta, apesar de toda uma política de fomento que vem sendo aplicada pelo Estado nas matas nacionais e sob sua administração. É de

referir, no entanto, o que se passa nas matas das empresas de celulose (3,9%) onde se utiliza uma tecnologia avançada de plantação de uma certa espécie (normalmente o eucalipto) não se observando, contudo, a aplicação racional do uso múltiplo da floresta.

Um dos problemas mais graves no enquadramento macro-económico da floresta portuguesa é de ordem estrutural e relaciona-se com a estrutura fundiária. A predominância do minifúndio ligada à dimensão e à sua fragmentação em blocos distanciados são, no conjunto, um obstáculo a uma rentabilidade racional da floresta. Em função das condições naturais tão variadas como as que se verificam em Portugal, das quais resultam diferentes situações e tipos de povoamento com espécies autóctones ou exóticas introduzidas, resulta que haja necessidade de estipular uma área mínima de exploração que seja eficaz, rentável e variável sob o ponto de vista económico. Definiu-se assim uma dimensão mínima de 5 hectares que se pode atingir através da associação de produtores, uma das formas de obter uma exploração com o mínimo de viabilidade, embora a área económica média de exploração devesse ultrapassar sempre os 50 hectares. A partir dos 250 hectares, as explorações deixariam de usufruir da concessão de ajudas privilegiadas através de investimentos por parte da Comunidade Económica Europeia e do Estado Português, visto considerar-se já uma empresa que não necessitaria de recorrer a subsídios externos à exploração. Seria uma forma de corrigir e melhorar a estrutura fundiária florestal ao criar áreas de exploração mínimas, ao mesmo tempo que se verificaria um aumento de rendimento e da produtividade que se iriam traduzir, de forma evidente, no desenvolvimento socioeconómico do país.

A fim de atingir as metas de nível europeu, procura-se estimular o investimento na floresta criando-se escalões em função da área de exploração. Assim, no caso de plantações para produção de madeira de serrar, as explorações com áreas de 5 a 50 ha obtêm um subsídio a fundo perdido de 80%, enquanto as que apresentem áreas entre os de 50 a 250 hectares vêm esses fundos aumentados para 90%. Contudo, para as arborizações de eucalipto, com a finalidade de obter rolaria para trituração, esse subsídio reduzir-se-á para 30% em relação aos valores referidos para a madeira de serrar. Por outro lado, a reforestação de zonas onde deflagraram incêndios e em que se pretenda instalar povoamentos de espécies de crescimento lento ou de longa revolução para obter madeira de qualidade, têm direito a um prémio adicional de 10% em relação àqueles subsídios que atrás foram mencionados.

Estes incentivos fazem prever que os produtos florestais apresentem acréscimos sensíveis: no caso do pinheiro poderão atingir um aumento

de 30% (passando de 1.287.800 para 1.674.140 hectares), enquanto no eucalipto aumentariam somente 15%, o que daria lugar a que a área fosse ampliada de 313.350 para 360.350 hectares.

4. Aspectos económicos da floresta portuguesa

A realidade florestal portuguesa e a natural capacidade e uso do solo revelam que mais de dois milhões de hectares podiam ser alvo de um aproveitamento imediato feito de forma racional. Entretanto, os quase dois milhões de ha (1.955.400 hectares) de pinhal e montado de sobro, e os 313.350 hectares de eucaliptos seriam sujeitos a processos de renovação e melhoria da produção através de operações de adensamento e rejuvenescimento. A par da execução dessas acções, desenvolvem-se meios de ordem infraestrutural ligados à rede viária, prevenção contra incêndios, conservação do solo e da água, etc. O sector florestal representa em certas regiões minifundiárias uma reserva económica dentro do agregado familiar do pequeno produtor, de modo a fazer face a situações imprevistas. Actualmente a floresta e a sua exploração começa a ser entendida pelos produtores florestais, empresas de serração e especialmente de celulose, como uma necessidade a fim de obter a matéria prima com vista ao funcionamento normal das respectivas indústrias. Paralelamente a esta circunstância decorre a necessidade de se criarem condições de desenvolvimento em regiões de forte aptidão florestal proporcionando às populações menos favorecidas um nível de vida condigno. Se estas condições não forem criadas continuar-se-á a verificar o fluxo das populações de zonas do interior para o litoral e para as grandes cidades, esvaziando-se de uma população produtiva, dando lugar a processos de «desertificação humana».

As áreas rurais nos países industrializados tendem a despovoar-se, encontrando-se já na R.F.A. povoações onde os agricultores e trabalhadores rurais estão em minoria. Devido aos processos de urbanização dessas áreas se encontrarem numa fase muito avançada, eles são levados a desistir de se oporem à galopante industrialização das suas propriedades agrícolas.

Para obstar a uma situação destas, ainda estamos a tempo de executar em Portugal um fomento florestal através do processo de ordenamento integrado no território. A prioridade deveria orientar-se para a floresta de produção enquadrada com vista a proteger o ambiente de forma a que o ecossistema atingisse o equilíbrio através do uso múltiplo, isto é, se complementarizasse com a pastorícia, a caça, pesca, áreas de lazer, etc. Embora a floresta seja um recurso renovável, um seu ordenamento implica que se

altere a estrutura fundiária demasiadamente pulverizada, siga certas normas técnicas que levem a uma exploração racional de forma a se obterem produções cujos volumes se distribuam de forma equilibrada ao longo do ano. Por outro lado os planos de repovoamento deverão ter em consideração a solução de espécies florestais autóctones que foram exploradas até à sua quase extinção, como aconteceu com os carvalhos, castanheiros e nogueiras. Além de escolher as espécies, ter-se-á de ter em consideração a capacidade de uso dos solos de forma a que os mais férteis sejam atribuídos à agricultura e pecuária. É nestas actividades que se apoia a subsistência da população, libertando as áreas marginais para o sector florestal que apresenta um forte peso nas exportações.

Contudo, não é demais repetir que o uso múltiplo no ordenamento das florestas viria a modificar e a melhorar a situação precária do pequeno produtor, tornando-se «obrigatório» quando pensamos a nível da posição de Portugal na Comunidade Económica Europeia, que, ao procurar um desenvolvimento integrado travaria os interesses especulativos das celulosas.

4.1. *Nível de emprego nas indústrias florestais*

Pela análise do Quadro IV salienta-se que o nível de emprego nas indústrias florestais atinge o seu máximo, no período correspondente aos últimos dez anos, em 1977 com um total de 92.249 empregos a que corresponde 2,24% da população activa. Constata-se também que, durante os 7 anos seguintes houve uma redução de 18.249 postos de trabalho que não chegou a ser compensada pelos que, entretanto, foram criados pela indústria de celulose, onde se verificou, para o mesmo período, apenas a um aumento de 1.147 empregos. Relativamente ao número de estabelecimentos industriais do sector florestal, verificamos que este atingiu o seu máximo em 1979 com 13.615 estabelecimentos, entrando em declínio acentuado com o encerramento de 565 unidades industriais até 1981. Por coincidência, ou talvez não, neste ano iniciou o seu funcionamento a fábrica de celulose da Soporcel, localizada na Leirosa, junto à Figueira da Foz.

Os empregos directos criados pelas indústrias florestais nos últimos dez anos variaram entre os 76.874 em 1977 e os 70.000 em 1984; para o mesmo período, os indirectos foram de 15.375 em 1977 e 14.000 desde 1982, que correspondem, no total do emprego, respectivamente a 2,24% e 1,83% em relação ao total da população activa portuguesa.

QUADRO IV

INDÚSTRIAS FLORESTAIS								Ind. de Celulose	
Anos	Pop. Res. Un.	Pop. Act. Un.	Empre. directo	Empre. indir.	Total de Emp.	% Pop. Act.	N.º de Estab.	Vol. de Emp.	N.º de Estab.
1975	8 947	3 957	72 260	14 452	86 712	2,19	3 403	4 134	6
1976	9 123	4 096	73 210	14 642	87 852	2,14	3 388	4 038	6
1977	9 168	4 187	76 874	15 375	92 249	2,24	3 506	4 353	6
1978	9 204	4 157	73 445	14 689	88 134	2,12	3 572	4 494	6
1979	9 338	4 251	73 814	14 763	88 577	2,08	3 615	4 708	6
1980	9 423	4 303	72 870	14 574	87 444	2,08	3 394	4 828	6
1981	9 496	4 269	70 465	14 093	84 558	1,98	3 239	5 118	6
1982	9 555	4 272	70 002	14 000	84 002	1,96	3 186	5 040	6
1983	9 521	4 640	70 000	14 000	84 000	1,81	3 100	5 100	6
1984	9 610	4 573	70 000	14 000	84 000	1,83	3 050	5 500	7
1985	9 654	4 579						5 500	7

(estimativas)

Fontes: I.N.E. — Anuário Estatístico

I.N.E. — Estatísticas Industriais

4.2. Balanço oferta/procura nas indústrias da celulose e serração

As espécies florestais mais utilizadas como matéria prima nas indústrias de celulose e serração são fundamentalmente o eucalipto e o pinheiro (Quadro V).

Podemos constatar que, para o mesmo período focado, ou seja, de 1975 a 1985, o balanço oferta/procura se comporta de forma diferente no que se refere a cada uma das espécies apresentadas.

No que diz respeito ao eucalipto, à excepção dos anos 1975 e 76, a procura total é sempre superior à oferta verificando-se exactamente o contrário em relação ao pinheiro, cuja oferta é sempre superior à procura. Este desequilíbrio resulta do facto do eucalipto ser a matéria prima privilegiada da indústria de celulose que, como vimos atrás, ocupa uma área muito inferior à do pinheiro (10,2% e 24% respectivamente), assim como do elevado consumo das 7 fábricas actualmente em laboração no fabrico da pasta de celulose.

No entanto, é de notar que o pinheiro é a matéria prima mais utilizada na indústria de serração, apresentando ainda um peso bastante significativo

QUADRO V — Balanço oferta / procura

Unidade — 1 000 m³

Anos	EUCALIPTO					PINHO				
	Oferta	Proc. Total	Ind. Celu- lose	Ind. Ser- ração	Ex- por- tação	Oferta	Pro- cura	Ind. Celu- lose	Ind. Ser- ração	Ex- por- tação
1975	1 733,6	1 577,9	1 319,5	256,1	2,3	6 852,7	4 923,2	1 181,4	3 371,4	73,5
1976	1 733,6	1 535,7	1 280,5	219,5	35,7	6 852,7	4 726,8	1 042,9	3 191,4	71,2
1977	1 733,6	1 735,7	1 443,9	235,4	56,4	6 852,7	5 881,4	982,9	4 367,1	86,1
1978	1 733,6	1 900,3	1 424,4	236,6	239,3	6 852,7	5 973,4	964,3	4 458,6	146,2
1979	2 500,0	2 639,9	1 835,4	243,9	560,6	7 500,0	6 077,5	810,0	4 458,6	233,7
1980	2 500,0	3 193,6	2 364,6	315,9	513,1	7 500,0	6 282,9	875,7	4 652,9	156,3
1981	2 838,1	2 850,7	2 358,5	292,7	199,5	7 500,0	6 103,4	914,3	4 425,7	135,0
1982	3 548,4		2 456,1		211,3	7 500,0		901,4		66,5
1983	3 548,4		2 789,0		175,3	7 600,0		1 184,5		42,7
1984	3 548,4	3 898,1	3 223,2	308,5	367,9	7 600,0	6 184,9	952,9	4 587,1	39,5
1985 (a)			4 085,4		685,2			714,3		36,6

(a) Dados Provisórios.

Fonte: I.N.E. — Estatísticas do Comércio Externo
Inquérito à Indústria de Serração

na indústria de celulose, embora manifeste tendência a ser cada vez menos procurado para esse fim.

Se a oferta continua ainda a ser superior à procura no que respeita ao pinheiro, esta situação poder-se-á alterar a curto prazo, face ao enorme surto de incêndios florestais que têm devastado extensas áreas, especialmente nas consideradas extremamente e muito sensíveis ao fogo (Fig. 3).

Podemos ainda salientar que as exportações de material lenhoso, tanto de eucalipto como do pinho, apresentaram o seu máximo período que vai de 1978 a 1982. Este período coincidiu com a época dos grandes incêndios florestais provocando um excesso de oferta que era canalizada em grande parte para o estrangeiro. A partir deste último ano, constata-se uma diminuição brusca no volume das exportações resultante, no que se refere particularmente ao pinheiro, de uma decisão governamental que proibia a sua exportação. Com a entrada de Portugal na CEE, a livre circulação de produtos veio abrir novamente as fronteiras à exportação de madeira de pinho.

Contudo, a progressiva escassez de matéria-prima nacional que se verificará a curto prazo, quer para as celuloses, quer para a fabricação de

aglomerados, agravada com as referidas vagas de incêndios, levam a que se faça no corrente ano uma importação experimental de madeira de eucaliptos da República do Congo. As características diferentes dos eucaliptos que crescem no nosso país, leva a que se proceda a testes e análises laboratoriais para avaliar a viabilidade da sua utilização.

Por outro lado, com o desenvolvimento das relações comerciais nos sectores de madeira e celulose com esse país, encontra-se em estudo a hipótese de se construir duas fábricas de celulose com a participação directa de técnicos portugueses em que está especialmente interessada a Soporcel.

5. Perspectivas para o Plano de Acção Florestal

A silvicultura apresenta uma situação particularmente positiva atendendo aos saldos do balanço do comércio externo florestal, cujas exportações assumem valores que ultrapassam as previsões.

Durante a década de 1972 a 1981 as exportações anuais elevam-se de 5 para 45,8 milhões de contos, tendo ultrapassado em 1983 os 70,4 para em 1984 alcançarem os 115,213 milhões de contos e em 1985 atingirem os 148 milhões de contos. A apresentação destes quantitativos mostram, de forma inequívoca, os aumentos notáveis das exportações de produtos florestais que constituem, no contexto das exportações totais, cerca de 16%, o que implica uma entrada bastante significativa de divisas.

O papel da floresta na balança comercial portuguesa apresenta-se de grande interesse económico, não só pelo valor das exportações como pelo facto de, a jusante da produção, dar lugar à criação de indústrias que empregam quase 84 mil operários distribuídos por mais de 3.000 unidades fabris conforme já foi referido. Contudo, há um certo bloqueamento nas relações entre produtores florestais e industriais que pode ser alterado quando se accionarem incentivos à organização económica da área coberta pela floresta privada traduzida em cerca de 80% do total da área florestada. A sua estrutura fundiária muito dividida pode tornar-se mais produtiva e menos sujeita à acção dos intermediários, quando os proprietários enveredarem pelo processo de criação de associações, o que vai contra o atávico individualismo do agricultor/produtor florestal português. Partindo da realidade que a floresta constitui uma actividade com um elevado potencial produtivo na maior parte do território nacional, em 1980 celebrou-se um acordo entre o Governo Português e o Banco Mundial com vista à arborização de uma área com 150.000 hectares até 1985. Foi conhecido pelo Projecto Florestal Português que tinha como objectivo beneficiar as populações rurais, tendo-se para isso

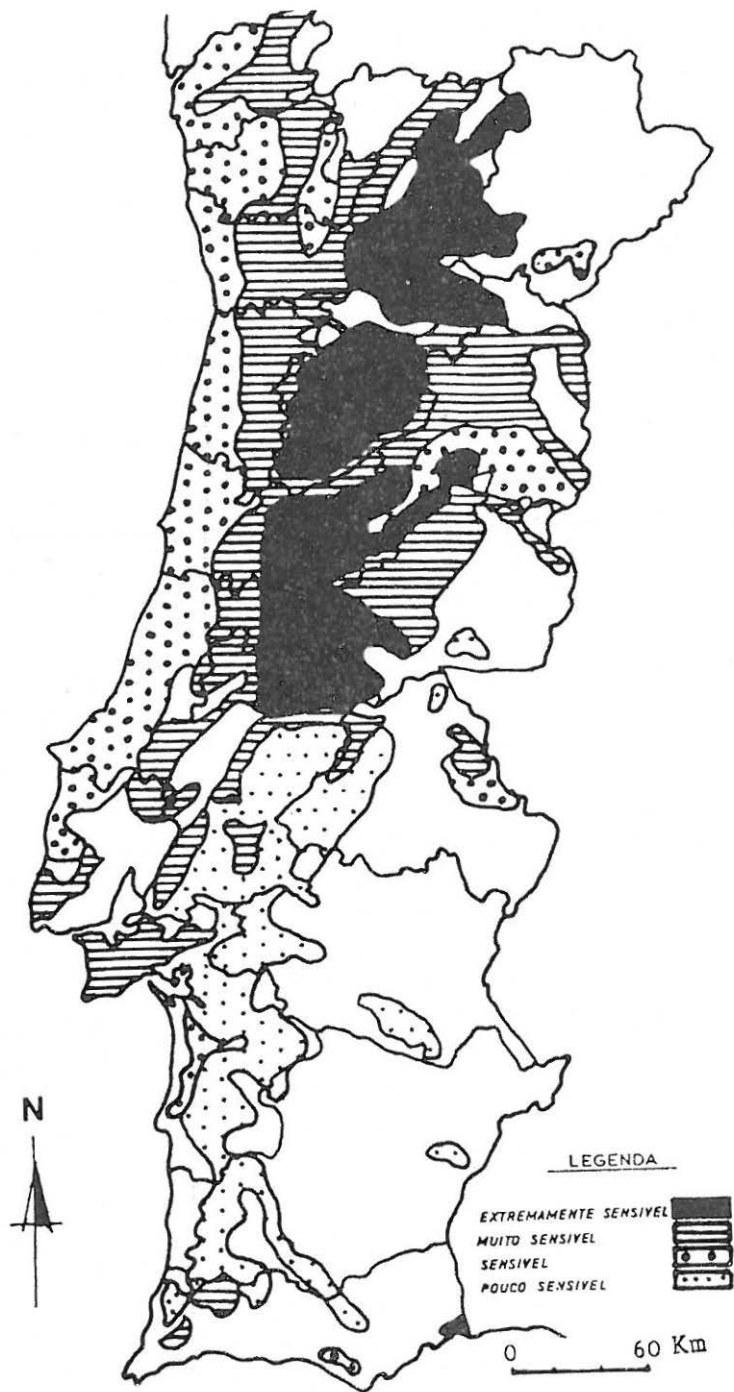


FIG. 3 — Carta de sensibilidade ao fogo. Adaptação da carta editada pela Direcção Geral das Florestas, 1986.

feito um apelo à colaboração das populações e, num sentido mais lato, a um empenhamento de todos os portugueses. Contudo, a sua concretização ficou muito aquém do que estava previsto.

A entrada de Portugal na CEE trouxe vantagens ao sector florestal pois, actualmente, cerca de 12% da produção total da Comunidade é produzida pelo nosso País. E como a tendência dos consumos nos países desenvolvidos é cada vez maior em relação às necessidades de material lenhoso, abrem-se boas perspectivas para o sector florestal português. Na sequência desta integração no espaço económico europeu, Portugal aparece como o único País em que os produtos florestais apresentam um saldo positivo, no conjunto da sua balança comercial.* Daí o interesse da Comunidade pela floresta, levando a que o seu maior investimento se destinasse àquele sector em detrimento do fomento e modernização da agricultura. Durante dez anos prevê-se que, com apoio do Estado e da CEE, sejam investidos 106 milhões de contos no sector agro-florestal, dos quais 57 são aplicados em acções de fomento florestal (53,7% do total) dentro do que está estipulado no PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa) no qual se insere o PAF (Plano de Acção Florestal). Este processo que se vai desenvolver ao longo de dez anos está dividido em duas fases: na primeira, que mediará entre 1987 e 1989, procura-se dinamizar os proprietários privados, quer residentes quer absentistas para o associativismo a fim de se atingir a exploração mínima de cinco hectares, como já referimos atrás, sem que se verifique alteração no regime de propriedade; que medeia a segunda fase, entre 1990 a 1996, prevê-se a intensificação das acções até se atingirem as metas delineadas. Estas apresentam-se sob a forma da integração do espaço rural submetido a um ordenamento do território que resultará da aplicação da PAC (Política Agrícola Comum). O seu desenvolvimento leva a que as terras agrícolas marginais sejam abandonadas a favor da extensão das áreas florestais. Contudo, os previsíveis estrangulamentos do PAF advêm especialmente da estrutura minifundiária da floresta agravados pela necessidade de subcontratação de serviços, sobretudo em maquinaria e equipamento pesado, esta situação poderá ser ultrapassada pela atribuição de subsídios a fundo perdido, pelo que deixará de existir a razão de falta de capital para investir.

O projecto PAF faz incidir, de forma específica, os subsídios a fundo perdido de 100% em tudo o que diga respeito a alterações de ordem estrutural. Tal é o caso de infra-estruturas relacionadas com o investimento florestal e que tenham a ver com caminhos, aceiros e linhas de fogo. Nas acções ligadas ao uso múltiplo da floresta, os investimentos com pastagens, pequenas represas de água para irrigação ou para combate a incêndios, área de reserva

de caça e implantação de flora melífera estão sujeitos a um prémio de 10% sobre o valor que foi investido na florestação e sua beneficiação.

De um modo geral, todos estes incentivos vão ter efeitos directos sobre o sector florestal que, por sua vez se vão reflectir no aumento de criação de postos de trabalho ligados à exploração silvícola. Esta mão-de-obra tem necessidade de uma formação profissional que lhe dê uma especialização de forma a responder à exigência de um maior rendimento com consequências imediatas no aumento de salários. Estes aumentos vão elevar o nível de vida dos produtores e agricultores, melhorar os processos de trabalho por utilização de maquinaria cada vez mais sofisticada, levando a uma estabilidade social através de uma fixação e travagem do êxodo dessas populações rurais.

O objectivo final da aplicação do PAF., seria o de pretender atingir o equilíbrio entre as diferentes espécies florestais que resulte dos condicionamentos edafo-climáticos, a capacidade e uso do solo com as exigências, actuais e futuras de matéria-prima lenhosa pelas diversas indústrias, tendo sempre presente a necessidade de manter uma certa adequação ao ecossistema onde se integra.

6. Conclusão

O conceito de floresta constituída por uma única espécie (cultura estreme) apresentou-se, à primeira vista, como a que melhor servia a economia de exploração. Contudo, este conceito seria profundamente alterado pois, além de cultivo de diferentes espécies de forma alternada, incluiria também áreas agrícolas e de lazer que funcionariam como áreas-tampão à propagação dos incêndios. Assim criavam-se áreas de descontinuidade através de espaços desarborizados, aceiros, linhas de festo, caminhos e estradões, campos de culturas agrícolas, pastagens etc., de forma a não se verificar uma florestação sob a forma de maciços constituídos por uma única espécie.

Uma forma de se atingir uma racional organização do parque florestal seria através do processo do uso múltiplo da floresta que traria enormes vantagens económicas e sociais. Económicas, porque se rendatibilizariam melhor as diferentes espécies plantadas em função das condições de natureza edafo-climáticas, da capacidade de uso do solo e até das exigências do mercado em certas matérias-primas, sendo também uma maneira de reduzir as possibilidades de incêndio que tantos prejuízos tem causado ao País; sociais, porque a riqueza produzida iria repercutir-se indubitavelmente no aumento do nível de vida das populações rurais.

Embora a produção florestal seja largamente excedentária em termos de trocas comerciais, o sector agrário onde se insere, é deficitário. Face aos

desafios que resultam da adesão de Portugal à CEE, o sector florestal deve ser objecto de projectos de desenvolvimento com carácter prioritário de forma a tornar possível o máximo aproveitamento das ajudas financeiras a aplicar pelo Programa de Acção Florestal (PAF). Estas ajudas serão concedidas sob a forma de «fundos perdidos», ou de elevados subsídios ou através de apoio tecnológico, que se desenvolverão ao longo dos 10 anos após a data da adesão. Entretanto, desse período iniciado em 1986 já passou quase um ano e meio sem que sejam visíveis os seus efeitos positivos, nem sequer a sensibilização dos produtores florestais, tal como estava previsto no referido plano.

BIBLIOGRAFIA

- FERREIRINHA, Manuel P. — *Sugestões relativas ao estabelecimento de uma política florestal*. I.P.F., Lisboa, 1977.
- GAIO, Fernando Veloso Lopes — «Programa da Acção Florestal (PAF)», *Vida Rural* n.º 12, 1987.
- GOES, Ernesto — *Os eucaliptos*, Portucel, Lisboa, 1977.
- GOES, Ernesto e outros — *Cultura do eucalipto como espécie industrial*, 1977.
- LOURENÇO, Luciano — «Consequências Geográficas dos incêndios florestais nas serras do centro do centro de Portugal. Primeira abordagem». In *Actas do IV Colóquio Ibérico de Geografia*. 1986, Coimbra.
- LOURO, Vítor e outro — *O eucalipto em Portugal — Contribuição para uma perspectiva integrada*. D.G.F. — Lisboa, 1984.
- MELO, Roque — *Generalidades sobre matérias-primas de interesse papelero e a fabricação de pasta para papel*, I.P.F., Lisboa, 1972.
- MOTA, Lucília Carreiro — *O fogo na floresta*, comunicação feita nas Jornadas Técnicas no âmbito da ACIC 86.
- MORAIS, Carlos Egreja — *Painel CEE*, I.P.E., Lisboa, 1986.
- PEREIRA, J. V. da Silva — «A importância da pasta celulósica no sector florestal». *Actas do IV Colóquio Ibérico de Geografia*. Coimbra, 1986.
- PINTO, Maria José e outros — «O sector florestal e a adesão de Portugal à CEE», *Boletim do I.P.F.*, n.º 49, 1986.
- SARDINHA, Augusto M. e outro — *Perspectivas para o sector agrário ante a adesão de Portugal à CEE*, ed. Ciência e Vida, 1986.

OUTRAS PUBLICAÇÕES E RELATÓRIOS

- 75 anos de actividade na arborização de serras*, Ministério da Economia, D.G.S.F., Lisboa, 1961.
- Perfil florestal*, I.P.F., Divisão de Estudos Económicos, Lisboa, 1986.
- Reconhecimento dos baldios do Continente*, J.C.I., vol. I, 1939.
- Relatórios anuais de Celbi* — anos de 1977 a 1985.